



**Município de Santa Marta de Penaguião
Assembleia Municipal**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO SALÃO NOBRE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA
MARTA DE PENAGUIÃO, NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2020**

N.º 01/2020

MESA DA ASSEMBLEIA: -----

----- Presidente - José Alberto Moreira Araújo, 1.º Secretário – Rosa Martins Cardoso, 2.º
Secretário – António Júlio Alves Fernandes. -----

PRESENÇAS: -----

----- Deputados Municipais Eleitos pelo PS: -----

----- José Emílio Esteves da Silva, José Fernando Fraga Granja, Paula Cristina Morais
Guedes Borges, Cesário Pinto Canário, Jorge Manuel Madureira da Silva Sampaio, Inês
Nogueira Rebelo, Manuel António Esteves Rebelo, João dos Santos Silva, António Paulo
Monteiro Pinto Conceição, António Júlio da Costa Almeida, Fernando Borges Moreira, Gil
Carlos Lourenço Teixeira. -----

----- Deputados Municipais Eleitos pela Lista “Fazer Mais Pela Nossa Terra”: -----

----- Deputados Municipais Eleitos pela Lista “Por Medrões Sempre”: -----

----- José Paulo Barreira da Mota. -----

----- Deputados Municipais Eleitos pelo PPD/PSD: -----

----- Paulo Sérgio de Sousa Prior, Eugénio da Conceição Borges Rocha, Ivete Nogueira
Moreiras e Jóni André Borges Madureira. -----

----- Deputada Municipal Eleita pelo CDS/PP: -----

----- Ana Paula Borges Gouveia. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Fernando José Mourão Gonçalves -----

AUSÊNCIAS INJUSTIFICADAS: Não houve. -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL: Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara, Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Urbano Salgueiro Vidal e Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereadores e António Augusto Amaral Sequeira, Chefe da Divisão Administrativa Financeira e de Recursos Humanos. -----

SECRETARIOU: Hélder Manuel da Silva Gomes Liberato, Assistente Técnico da Secção de Recursos Humanos, Expediente Geral e Arquivo. -----

HORA DE ABERTURA: 18:00 HORAS. -----

ATA DA REUNÃO ANTERIOR: Aprovada, por unanimidade, em minuta no final da respetiva reunião.-----

1 – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”: -----

1.1 - Apreciação e votação da Ata da sessão anterior. -----

1.2 - Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos. --

1.3 - Assuntos de interesse para o Município. -----

2 – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”: -----

2.1 - Apreciar uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); -----

2.2 – Eleição de um Presidente da Junta de Freguesia, em representação das Freguesias para integrar o Conselho Municipal de Saúde, (alínea c), n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 23/2019 de 30 de janeiro, na atual redação); -----

2.3 - Discutir o Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição (alínea h), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 18 de fevereiro de 2020); -----



----- **3 – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”** -----

----- **ABERTURA DA SESSÃO** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu início à Sessão Ordinária do dia 28 de fevereiro, proferindo as seguintes palavras: -----

----- *“Bem-vindos a mais uma Sessão da Assembleia Municipal e desde já agradecer a todos, em nome da Mesa, pela vossa presença aqui nesta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do mês de fevereiro.* -----

----- *Um cumprimento, aos nossos companheiros da Assembleia Municipal, desejar a todos vós as boas vindas, uma saudação especial ao Executivo Municipal, o Senhor Presidente e restantes Vereadores, ao público é sempre uma honra e um gosto tê-los cá e sentir também esse calor humano do público nas nossas Assembleia Municipais. Sejam bem-vindos e espero que esta Sessão Ordinária seja do interesse e do agrado de todos, e que possamos mais uma vez, nesta Sessão, dar um contributo positivo para o engrandecimento, valorização e projeção do Concelho de Santa Marta de Penaguião.”* -----

----- Seguidamente foi feito o registo das presenças. -----

----- Após a verificação da existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão. -----

----- **1 – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”** -----

----- **1.1 – Apreciação e votação da Ata da Sessão anterior.** -----

----- **1.1.1 – Apreciação e votação da Ata da Sessão Ordinária realizada no dia 05 de dezembro de 2019.** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia solicitou a concordância do Plenário para dispensa da leitura da Ata da Sessão realizada no dia 05 de dezembro de 2019, uma vez que a mesma foi distribuída com antecedência a todos os membros, a qual foi concedida. -----

----- Seguidamente, a Ata da Sessão Ordinária realizada no dia 05 de dezembro de 2019, foi colocada à discussão, não se registando pedidos de intervenção, a Ata foi colocada a votação. -----

---- **DELIBERAÇÃO: Aprovada, por maioria, com 4 votos contra do Grupo Municipal do PPD/PSD. Não participaram na votação as Senhoras Deputadas, Inês Nogueira Rebelo e Ana Paula Borges Gouveia, por não estarem presentes na referida Sessão.** -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, proferindo as seguintes palavras: ----

----- *“Antes de mais, os meus respeitosos cumprimentos ao Senhor Presidente da Mesa, aos Senhores Deputados Municipais, ao Senhor Presidente de Câmara, Senhor Vereador do PPD/PSD e demais Vereadores e funcionários Municipais.* -----

----- *Por duas razões vamos apresentar à Mesa a Declaração de Voto e também, além disso aproveitar desde já, em meu nome pessoal e do Grupo Municipal do PSD endereçar as sentidas condolências ao Senhor Presidente da Câmara por este momento difícil, pelo falecimento da senhora sua irmã.* -----

----- *Declaração de Voto* -----

----- *O Grupo Municipal do PSD, nos termos dos artigos 30, al. b), 31º e 63º, al. d) do regimento em vigor, vem apresentar declaração de voto contra a acta n.º 06/2019, da Sessão Ordinária de 05 de Dezembro de 2019, nos termos seguintes:* -----

----- *As palavras, segundo um ditado popular, são levadas pelo vento, pelo que, passado algum tempo, ninguém se lembra do que foi dito e do que foi votado e aprovado.* -----

----- *Assim, para se conferir precisão, duração e eficácia às deliberações é obrigatório transcrevê-las para um documento que, depois de aprovado, se chama acta e cuja força probatória apenas pode ser afastada em caso de falsidade.* -----



----- As actas não são documentos onde se façam considerações subjectivas, mas antes relatos pormenorizados das discussões, com o objectivo de deixar para a posteridade as posições dos intervenientes. -----

----- A presente acta é parcialmente falsa e tendenciosa ao omitir, na parte final da discussão dos assuntos trazidos para o período antes da ordem do dia, a falta de civismo do Sr. Presidente da Câmara Municipal, quando, dirigindo-se directamente ao Deputado Paulo Prior, disse-lhe, alto e bom som: “VAI PARA O CARALHO”. -----

----- No seguimento da Declaração de Voto proferida pelo Grupo Municipal do PSD, o Senhor Presidente da Assembleia proferiu as seguintes palavras: -----

----- “Relativamente ao assunto da opinião do Grupo Municipal do PSD, nós temos feito um esforço no sentido de reproduzir na íntegra, contrariamente àquilo que a generalidade as Assembleias fazem em que põem os tópicos, mas na sequência de uma solicitação do Grupo Municipal do PSD em tempos, reproduzimos na íntegra o conteúdo das atas, por isso é que elas têm 71 páginas. Se tiver o cuidado de ir consultar as atas das Assembleias Municipais dos Municípios com a nossa dimensão ao nível dos elementos, verificará que ficam muito aquém daquilo que é o conteúdo das atas das nossas Assembleias, elas traduzem integralmente tudo. -----

----- Eu vou tentar ouvir a gravação para ver se de facto consta aqui este palavrão, mas também é certo como a ata é pública, eu sou de opinião que um palavrão deste género poderia eventualmente dar-se a volta, mas o Senhor Deputado faz questão, se de facto foi dito, só pela gravação se constatará o tal palavrão. É uma pena que o conteúdo de 71 páginas não mereça a aprovação do Grupo Municipal do PSD apenas por não incluir este palavrão. Lamento, mas é a vossa opinião e contra isso não tenho mais nada a dizer.” -----



----- 1.2 – Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos. --

----- O Senhor Presidente da Assembleia informou os Senhores Deputados Municipais que toda correspondência recebida foi remetida aos mesmos, por correio eletrónico. -----

----- Não se registaram pedidos de intervenção. -----

----- 1.3 – Assuntos de interesse para o Município. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, antes de abrir o período de intervenção aos Senhores Deputados, proferiu as seguintes considerações: -----

----- *“Entretanto também vos enviei uma proposta com várias datas, da Associação Nacional das Assembleias para a realização de uma Sessão de trabalho aqui no nosso Concelho. Foram indicadas um conjunto de datas, penso que tiveram a oportunidade de ver essas datas, março, abril, maio e junho, dado que o congresso só se realizará a 23 de maio e para ficarmos a meio entre a Assembleia de hoje e a próxima que terá lugar em junho, eu ia em primeiro lugar perguntar se estão de acordo que a Associação Nacional das Assembleias Municipais promovam aqui em Santa Marta uma reunião para debater os temas que propus. A descentralização, que está na ordem do dia, propus também uma Sessão Solene como devem funcionar as Assembleias Municipais, e aqui não foi a pensar só na Assembleia Municipal, mas também nas Assembleias de Freguesias, também é importante podermos dar a oportunidade aos membros das Assembleias de Freguesia para que possam participar numa Sessão informativa, para se poderem valorizar e tomar conhecimento como deve funcionar uma Assembleia e portanto foram esses os temas que propus, o que não quer dizer que venham a ser esses os temas a tratar, mas irei tentar dentro do possível focar a questão da descentralização que está na ordem do dia e podermos ter aqui em Santa Marta alguém que possa connosco colaborar e tratar esta problemática da descentralização que já está a decorrer. A generalização em princípio seria a 21, mas parece-me que o Governo foi recetivo à posição que os autarcas tomaram no Porto e vão adiar para 2022, ou 23. Portanto*



até lá se tivermos uma sessão informativa nesse campo será, penso eu, do interesse de todos nós. Portanto, e se concordarem, fica para esta data, 15 de maio, numa sexta-feira à tarde?” -----

----- Seguidamente solicitou a palavra o Senhor Deputado Gil Teixeira, após cumprimentar todos os presentes teceu as seguintes considerações: -----

-----“Em primeiro lugar dar os parabéns pelo êxito que teve a “Missão País”, durante estes dois anos, é um projeto muito simpático, Foi uma honra e um prazer recebe-los no dia 16 de fevereiro na nossa Igreja, Santa Maria do Louredo, seguido de um convívio muito simpático na praia fluvial. Dou os parabéns por isso. -----

----- Outro assunto era pedir ao Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Machado, um esclarecimento daquilo que tem sido nos últimos dias tema de assunto no nosso Concelho, principalmente em algumas Freguesias, que é a atribuição da prospeção e pesquisa de depósitos minerais no Marão. Acho que é importante esclarecer, penso que nós já fomos um bocadinho esclarecidos sobre o assunto, mas acho que é importante esclarecer aqui perante toda a Assembleia, para que também nós possamos passar às pessoas a mensagem correta, certa e transparente e não de uma forma leve, em que nem sempre se sabe todos os dados que são necessários e todas as coisas que realmente se passam. Eu falo um bocadinho em nome dos Presidentes de Junta porque também fomos englobados na matéria de forma injusta, pelo menos aqueles com quem eu falei não tinham conhecimento. Eu e o Paulo, o Presidente de Junta de Fontes, fomos mais focados, mas acho que também está incluído Sever, Cumieira e etc. Por isso pedia um esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara.” -----

----- Solicitou a palavra a Senhora Deputada Ivete Moreiras, que após cumprimentar todos os presentes, proferiu as seguintes palavras: -----

----- “Na última reunião de Câmara ordinária, o Sr. Presidente informou que foi publicado em *Diário da República* o *Extrato do Contrato de Prospeção e Pesquisa de Depósitos Minerais de Tungsténio, Estanho e Outros Minérios Metálicos – Proc. MN/PP005/19 “Mouçós”* – celebrado em 8 de outubro de 2019 – abrange os concelhos de Santa Marta de Penaguião e Vila Real. -----

----- Uma vez que se trata de um assunto que o Grupo Municipal do PSD considera de extrema importância para o nosso concelho e para os seus habitantes, que requer um reflexão minuciosa, necessitamos, para tomar uma posição devidamente fundamentada, dos seguintes esclarecimentos: -----

----- 1) Em que locais em concreto do nosso concelho serão efetivamente desenvolvidos os trabalhos da prospeção e pesquisa? -----

----- 2) Em que consistem em concreto os trabalhos de prospeção e pesquisa que decorrerão no nosso concelho? -----

----- 3) Quais os impactos ambientais e paisagísticos para o nosso concelho da decorrência do dito contrato de prospeção e pesquisa? -----

----- 4) Quais os Prós e Contras para o nosso concelho e seus habitantes? -----

----- Solicitamos ainda, que o Sr. Presidente, preste todos os esclarecimentos que considere oportunos e faça chegar a todos os membros da Assembleia Municipal toda a documentação que possua relativamente a este assunto, para que todos nós e todos os habitantes deste concelho possam formar uma opinião devidamente informada e esclarecida acerca deste assunto que a todos importa e afeta.” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, que após cumprimentar todos os presentes, proferiu as seguintes palavras: -----

----- “Em primeiro lugar permitam-me que agradeça as condolências apresentadas pelo Grupo Municipal do PSD, o meu muito obrigado. -----



----- Relativamente a este assunto, em primeiro lugar quero destacar duas coisas, a forma ordeira, séria e responsável como estes assuntos foram apresentados aqui nesta Assembleia e isso eu quero-lhes agradecer porque enaltece a Assembleia, enaltece os seus membros e enaltece os Órgãos Municipais do Concelho de Santa Marta de Penaguião e naturalmente enaltece o Concelho. -----

----- Relativamente a este processo há algumas considerações que eu vou fazer, o processo está aqui e será todo disponibilizado, à exceção de dois e-mails, que tenho de pedir autorização porque são da empresa e não sei se são públicos ou não, mas o processo fica aqui. -----

----- E dizer o seguinte, em primeiro lugar, há esta evolução toda dos minerais que decorre do processo do lítio e nós temo-nos que reportar a 2018 que foi quando iniciou este processo, este processo de consulta iniciou-se em 2018, não abrange o Património Mundial, a área do Património Mundial que como sabem é Alvações e parte de Vila Maior é o que nós temos de Património e depois temos uma área que é a zona tampão que infelizmente abrange todo o Concelho, portanto a área que abrange é parte da Freguesia de Sever, Cumieira, União de Freguesias de Louredo e Fornelos e Fontes, e, não chega à zona das antenas, fica mais abaixo, portanto este é o limite. -----

----- Como é que isto se procedeu, e contrariamente àquilo que alguns dizem, que nós queremos esconder, não levávamos o contrato à reunião de Câmara e continuava no segredo dos deuses se esse fosse o nosso entendimento. Na altura quando nós fomos consultados, por iniciativa do Município de Santa Marta de Penaguião e estão aqui as atas, nós convidámos Vila Real, Baião, Amarante e Pesa da Régua para fazermos aqui uma reunião no sentido de termos uma decisão conjunta e foi entendido dar um parecer favorável conjunto e como haviam algumas dúvidas, foi convocada uma segunda reunião com a empresa, “A Mineral”, para nos explicar exatamente a intervenção que pretendiam. Foi feita

a segunda reunião e nessa segunda reunião em que também há ata foi decidido que todos os Municípios davam parecer favorável, isto foi a primeira fase, depois foi evoluindo e quando veio o contrato a área foi reduzida a parte de Vila Real e Santa Marta. Temos a informação que Amarante depois deu o parecer desfavorável, não sabemos a razão, nem nos informou e os outros não sabemos, Régua e Baião, não sei porque foi, se foi por ser o cume da serra, porque como sabem, aquela parte é Rede Natura e na Rede Natura não se podem fazer intervenções, aliás quem organiza eventos motorizados, para passar uma mota na área que é Rede Natura tem que ter um parecer do “CNF” se não, não se pode organizar. Sendo assim o quê que nós fizemos, demos o parecer favorável à prospeção e pesquisa, não tem nada a ver com a exploração, é prospeção e pesquisa. A prospeção e pesquisa tem a ver com a pesquisa, tem a ver essencialmente com registos bibliográficos, ou seja, se há registos da existência de minério nos tempos antigos, e as prospeções são de furo localizado ou de trincheira, portanto isto é o que está. Qual é a vantagem, a vantagem é que para fazerem uma trincheira na Rede Natura não conseguem, têm que ter o parecer do “CNF” e se o parecer do “CNF” for positivo é porque o impacto é quase zero ou não tem impacto. Nas zonas urbanas, e Vila Real só tirou o centro da Cidade no parecer que faz, nós condicionamos ao nosso “PDM” ou seja se houver intervenções que o nosso “PDM” não contemple e as áreas de minério e exploração estão definidas em “PDM”, não podem fazer, isto na prospeção e pesquisa. No contrato, que vão ter acesso, uma das alíneas diz exatamente que no período de vigência do contrato a recolha e análise de toda a informação existente, cartografia, abertura de trincheiras com reposição dos terrenos, ou seja a empresa está obrigada se abrir uma trincheira, no final da pesquisa tem que repor exatamente como estava. Isto quer dizer que em termos de impacto ambiental será reduzido ou nulo, de qualquer das formas nós no nosso parecer reservamos o direito, se houver uma intervenção que tenha impacto além daquilo que a gente ache razoável, poder interromper.



E eu aqui quero fazer só um alerta, porque houve muita gente que falou sobre isto e não foi ao Marão, porque há lá uma exploração de uma mina que tem um impacto brutal que até desviou um caminho, e houve muita gente que falou e não conhece, e não conhece porque não há dúvidas para ninguém que o Marão começou a ser falado depois de 2013, acho que não há dúvidas para ninguém que a Serra do Marão como património potencial desenvolvimento do Concelho começou a ser promovido a partir de 2013, portanto não passa pela cabeça de ninguém, julgo eu, que um Executivo que está a promover o Marão ia agora, levianamente, deixar que se destrua aquele património que é nosso, portanto isso está salvaguardado. -----

----- Na eventual exploração se houver de facto condições e potencial, a exploração está sujeita a impacto ambiental e audição das populações, portanto isto está salvaguardado no nosso parecer que depois vos faremos chegar em cópia. Se houver eventualmente a possibilidade ou a oportunidade de exploração, está condicionado a um estudo de impacto ambiental e audição das populações, ou seja no geral estão salvaguardadas todas essas condições. -----

----- Os locais já foram identificados, os trabalhos de pesquisa térreo do que está depositado no solo, à superfície temos as trincheiras com eventualmente uma perfuração de um metro de diâmetro e depois tem os seus prós e contras. É muito simples, nós quando queremos comprar uma casa ou um terreno normalmente vamos lá ver o que tem, porque se for uma vinha que esteja bem granjeada e que tenha benefício tem um valor, se estiver a monte tem outro, ora se for alguém de Lisboa que compre a vinha sem vir cá, está sujeito a comprar gato por lebre porque não sabe, ora sendo a custo zero é importante nós percebermos o potencial que nós temos, se de facto temos potencial mineral, se temos ou se não temos, se vale apenas explorar ou se não vale, se é uma hipótese que devemos encarar num futuro negócio para o Concelho, se tem vantagens para o Concelho, se tem vantagens para as

peessoas, mas só podemos ter esta discussão se de facto soubermos o que temos, porque se nós nunca soubermos o que temos, nem discussão há. A outra questão tem a ver com o processo do lítio, que não faz sentido. Primeiro se alguém sair prejudicado por alguma intervenção tem que ser ressarcido na exata medida, e a exata medida é o preço do material, o preço emocional e o desconforto de ter de sair de onde está, a pessoa tem estes três direitos, mas não podem impedir, como por exemplo Montalegre e Boticas, não podem impedir um país inteiro de ter um potencial enorme como é o lítio, agora quem mora em Montalegre e quem mora em Boticas tem o direito a ser ressarcidos na exata medida, são coisas diferentes, e foi essa, do meu ponto de vista a discussão que não foi feita, nem em Montalegre, nem em Boticas. A nossa vantagem é que nesta altura só está a prospeção e pesquisa, o impacto ambiental que poderá eventualmente existir será reduzido com a abertura de trincheiras e depois a reposição de terreno, e depois se os estudos disserem que de facto nós temos potencial para um eventual negócio, então vamos para a discussão, ouvir as populações e far-se-á tudo, portanto isso está salvaguardado, a grande vantagem é nós percebermos se de facto temos potencial, se é uma fonte de riqueza ou não para o nosso Concelho, se for à discussão terá que ser nestes moldes, se não for não se põe a discussão. Outra situação que é importante, nós condicionamos, também no parecer que vão ter, da Direção Regional da Cultura, do "ICNF", portanto os organismos que nos tutela na área urbanística estão chamados à contenda. Nós estamos convictos que estão salvaguardadas quer as pessoas, quer a paisagem, o nosso património está perfeitamente salvaguardado. A outra questão que tem a ver com o Património Mundial, e é bom que as pessoas tenham a noção que o Património Mundial é o que está a verde, portanto nós somos Património Mundial nas margens do Corgo, o que está a verde é Património Mundial, é o limite portanto não cai, até porque se caísse, caia logo no início e nem sequer era autorizado. Os locais estão identificados, Freguesias de Sever, Cumieira, Louredo e



Fornelos, o impacto é a abertura de trincheiras que está condicionada com a reposição dos terrenos. No primeiro ano o que eles preveem é a bibliografia, cartografia e recolha à superfície, preveem um investimento de quinze mil euros, não é uma coisa astronómica. -----

----- E depois se a bibliografia não der dados suficientes para irem para o terreno, nem vão.

O compromisso é nós acompanharmos o processo e sermos chamados, também no parecer está condicionado se houver uma intervenção fora deste âmbito nós temos que ser ouvidos e o processo vai-se desenrolar naturalmente, esperando que não tenha desvios que nos prejudiquem, mas se houver desvios que nos prejudiquem nós só temos de reivindicar os nossos direitos e fazer as diligências necessárias para repor. Portanto não há nada escondido, não é nada do outro mundo e de facto uma prospeção e pesquisa que à semelhança de outros locais nunca chegou a ir para o terreno, esperemos que esta vá, esperemos que nós tenhamos ali um potencial que nos faça pensar em alguma oportunidade para o Concelho, se não tivermos paciência. De qualquer forma se a Assembleia Municipal quiser nós podemos, quando iniciarem os trabalhos, fazer uma reunião conjunta com a empresa, fazer visitas aos locais, conhecer os métodos que eles vão usar na prospeção, na pesquisa e o modelo que vão utilizar, portanto total abertura. Aqui o interesse é o interesse do Concelho se eventualmente tivermos potencial, se não tivermos também ficamos descansados sabendo que lá não há, e sabendo que já temos uma história de prospeção de minério naquela zona. -----

----- É também bom lembrar, uma coisa muito importante que eu queria partilhar convosco.

Aljustrel que tem agora as minas a funcionar, o rendimento per capita são de novecentos e oitenta euros, penso que é o sexto Concelho no país como o rendimento per capita mais elevado. Portanto esta questão de ponderar os impactos, os benefícios e os prejuízos é uma discussão que tem que ser séria e muito clara, porque se Aljustrel fechar a mina, vem cá para baixo no rendimento per capita, e nesta altura o rendimento em Aljustrel per capita são

de novecentos e oitenta euros, muito acima da média nacional e que se deve à exploração de minério. Eu acho que devemos ser responsáveis encarar este problema de frente, esclarecer tudo que tem a ser esclarecido e disponível para todas as diligências, e naturalmente faremos chegar esta documentação à Assembleia com a salvaguarda que temos aqui dois e-mails que são da empresa e temos que ter autorização se os podemos partilhar, mas toda a informação da Câmara e oficial será naturalmente partilhada com a Assembleia.” -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a disponibilidade do envio da documentação, essencial para o conhecimento de todos os membros da Assembleia e procedimentos futuros. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, tecendo as seguintes considerações: -----

----- *“O Grupo Municipal do PSD tem todo o interesse em receber a referida documentação, que possa ser pública.”* -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de “Antes da Ordem do Dia”, passando ao período seguinte. -----

----- **2 – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----

----- **2.1 – Informação do Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro).** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de debate e discussão. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, proferindo as seguintes palavras: --

----- *“Queria apenas fazer um pequeno esclarecimento relativamente às contas, chegaram aqui duas ou três informações diferentes e não queria deixar de esclarecer.* -----



----- Há aí uns comentários de que agora nós temos umas gavetas para as faturas e eu queria esclarecer o seguinte. O que eu disse foi, como sabem e todos sabemos os Municípios são avaliados, ou controlados ou monitorizados, ou como se quer entender, pelo pagamento das faturas. Há Municípios que pagam ao dia, portanto há Municípios que conseguem pagar no dia, a fatura entra e pagam, uns porque têm uma tesouraria e receitas próprias que nós não temos, outras porque fazem uma gestão diferente que nós não temos, e eu pedi ao Senhor Chefe de Divisão para perceber como é que isso se faz e então encontramos um caso caricato aqui na Câmara. Nós pagamos à “EDP” por débito direto, a fatura da “EDP” entra a 4 ou 5 do mês e o débito está a 20, ou seja nós temos de ter o dinheiro cativo ao dia 20. Do dia 4 ou 5 até 20 conta 15 dias, e o que eu digo é que não faz sentido porque nós temos que ajustar, se a fatura entra hoje e se pode ser paga hoje, é paga hoje, porque uma fatura chega às cinco menos dez da tarde e entra às cinco menos dez, os serviços não têm tempo de fazer o procedimento para pagar a fatura naquele dia e ela é paga no dia seguinte, conta um dia, ora se ela às cinco menos dez da tarde dar entrada ou às nove da manhã, é indiferente, paga naquele dia, conta um dia só em vez de ser dois. E o que eu disse na altura, que depois o dever de confidencialidade nesta Câmara não é dos melhores, nem dos mais praticados, houve aqui alguma confusão e foi isso, porque faturas na gaveta desde 2013 não há e tanto não há que como viram as contas que estavam para trás de seiscentos, setecentos e oitocentos mil euros, que estavam em dívida, se houvesse faturas na gaveta não tínhamos aquele montante. Portanto eu queria esclarecer que as faturas das gavetas têm a ver com isto, que eu acho que tem vantagem por isto, se nós conseguirmos independentemente de quem esteja afeto à gestão do Município, conseguir que o nome Santa Marta esteja sempre entre os melhores é bom para todos. Em termos partidários as vezes cria algum incómodo, mas isso é a vida, quando se está na oposição, mas se todos nós tivermos a noção de que se Santa Marta de Penaguião

andar sempre lá em cima é bom para todos, para os que estão, para os que hão de vir e para os que passaram e isso é bom. -----

----- E eu queria deixar aqui este esclarecimento para que não haja aqui a ideia, até porque a faturação é da responsabilidade do Chefe de Divisão. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, proferindo as seguintes palavras: -----

----- “Esses procedimentos Senhor Presidente da Câmara, de como é feito o pagamento à “EDP” e qual é o dia que é feito, se é mais cedo ou mais tarde, como é obvio não tenho conhecimento desse funcionamento, mas há coisas que eu tenho conhecimento que são as contas da Câmara em 31 de dezembro de cada ano de acordo com os números oficiais e nesta parte da dívida a fornecedores, aquilo que foi dito já foi dito lá fora e dito aqui e é sempre a mesma coisa. É que a gestão desta dívida por parte do Executivo piorou, o Senhor quando tomou posse em outubro, novembro de 2013, em 31 de dezembro de 2013 a Câmara apresentou uma dívida a fornecedores de cento e cinquenta e nove mil, setecentos e quarenta euros e sessenta e seis cêntimos, daí será que a sua gestão tem sido melhor ou pior, sempre pior Senhor Presidente, aumentou em 2014 para trezentos e trinta e quatro mil, em 2015 para trezentos e dezasseis, em 2016 para duzentos e trinta e seis mil, em 2017 para seiscentos e quarenta e cinco mil e em 2018 para um milhão e vinte e nove mil, de 2019 ainda não conhecemos, só vamos conhecer agora em abril próximo. Só para dizer isto, ninguém andou a espalhar falsas notícias, as notícias que foram transmitidas resultam diretamente dos documentos oficiais da Câmara que não põem dúvida a ninguém.” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, proferindo as seguintes palavras: -----

----- “Eu agradeço, mas também seria justo dizer agora que tirando a dívida às Águas do Norte, de faturação estamos a zero e dizer-lhe também que do que transitou, sem estar em faturação foram doze mil e qualquer coisa euros, são as despesas da última semana, mas



dizer-lhe uma coisa muito simples. Esse raciocínio é correto, mas em política os números só não contam, porque se não os matemáticos é que eram os Primeiros-ministros e os Presidentes da República e os Ministros e não é verdade, porque se juntar a essa gestão os apoios sociais, nomeadamente a baixa de impostos, a coisa fica diferente em termos de gestão. Mas aceitamos esse número nesta altura e para ser justo a informação que tenho, quando foi enviada, tirando as Águas do Norte que são quatrocentos e três mil e que estamos em negociações, já temos saldo nas Água de Trás os Montes, não devemos uma fatura a ninguém. Há outra coisa que é importante que também está aqui, o novo sistema, porque mudou o Sistema Nacional de Contabilidade o “SNC”, portanto hoje foram pagas faturas que estão aqui na bolinha. O que está a cores agora são duas coisas, os descontos feitos nos vencimentos dos funcionários, portanto as pensões que os pais têm de deixar para os filhos, os penhores que infelizmente existem e que agora contam como dívida do Município e anteriormente não, são coisas diferentes. Mas dizer que concordo consigo o raciocínio é correto, não concordo é que a gestão seja diretamente proporcional aos números, porque se lhe retirarmos o que nós já deixamos nas famílias, nós impostos, vai dar isso. A outra questão tem a ver com os empréstimos, há quem contabilize como dívida os empréstimos que nós contraímos o que não é verdade porque nós quando pedimos um empréstimo para uma casa pedimos cento e cinquenta mil e só devemos os cento e cinquenta mil quando ele vier todo para cá, porque se a gente não pedir para transferir para a nossa conta um cêntimo, não devemos nada. E nesta altura os dois empréstimos que nós fizemos no valor de um milhão e duzentos e qualquer coisa, nós temos cento e cinco mil nesta altura utilizados, ou seja desse empréstimo o que é dívida efetiva e que nas contas vão aparecer é sessenta e tal mil, é o que efetivamente nós usamos, se não usarmos mais esse empréstimo a dívida aumenta os cento e vinte mil. Eu gostaria que, esse tema de discussão é bom e importante para termos, mas gostaria que nós interpretássemos a gestão

matemática dos números, mas essencialmente neste contexto social as medidas sociais que a gente vai tendo, porque se fizermos esse exercício a nossa interpretação não será exatamente a mesma do Senhor Deputado da Assembleia, que é aritmeticamente de facto o que ele diz e é verdade.” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, proferindo as seguintes palavras: -----

----- *“Senhor Presidente terei todo o gosto em ter esta discussão na próxima Assembleia Municipal onde será aprovado o relatório de contas de 2019.”* -----

----- **Deliberação: Tomado Conhecimento.** -----

----- **2.2** – Eleição de um Presidente da Junta de Freguesia, em representação das Freguesias para integrar o Conselho Municipal de Saúde, (alínea c), n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 23/2019 de 30 de janeiro, na atual redação). -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Júlio Almeida, que após cumprimentar todos os presentes, proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“Proposta:* -----

----- *A bancada do Partido Socialista (PS) em conjunto com os movimentos de cidadãos independentes, Fazer Mais Pela Nossa Terra (NT) e Por Medrões Sempre (PMS) para a eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e para integrar o Conselho Municipal de Saúde, propõe:* -----

----- *João dos Santos Silva – Presidente da Junta de Freguesia de Alvações do Corgo.”* -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia informou que não foram apresentadas outras propostas. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, submeteu o assunto a votação, por escrutínio secreto. -----



----- **Deliberação: Foi eleito o Presidente da Junta de Freguesia de Alvações do Corgo, Senhor João dos Santos Silva, para integrar o Conselho Municipal de Saúde, com 17 votos a favor e 4 brancos.** -----

----- **2.3 – Discutir o Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição (alínea h), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro).** ---

----- Presente proposta da Câmara Municipal, sobre o Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição, com o seguinte teor: -----

----- “Presente à reunião Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição – 2019, para conhecimento do Executivo Municipal, em cumprimento do n.º 2 do artigo 10.º do Estatuto do Direito de Oposição, aprovado pela Lei n.º 24/98, de 26 de maio.” -

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, submeteu o assunto à deliberação. -----

----- **Deliberação: Tomado Conhecimento.**-----

----- **3 – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”:** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de inscrição, para intervenção do público presente. -----

----- Neste ponto da ordem de trabalhos foi presente à Mesa um pedido de intervenção, de acordo com o disposto no artigo 23.º do Regimento da Assembleia Municipal de Santa Marta de Penaguião, pelo Senhor: -----

----- **Norberto Teixeira.** -----

----- **Assunto:** “Concessão de Exploração Mineira, processo MN/PP005/19”. -----

----- “Muito boa tarde. -----

----- Cumprimentar o Sr. Presidente desta digníssima Assembleia Municipal, a quem quero desde já agradecer a oportunidade que me dá de intervir e a restante Mesa. -----

----- Cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante Vereação. -----

----- Cumprimentar os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia presentes, bem como todas as Senhoras e Senhores deputados das diversas bancadas aqui democraticamente também representadas. -----

----- Cumprimentar todos os presentes neste salão nobre. -----

----- A Assembleia Municipal é, como todos bem sabem, o órgão deliberativo do município sendo uma das suas mais relevantes competências, a apreciar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal, o que faz ou procura fazer da forma mais assertiva e construtiva na observação de competências das políticas económicas, financeiras, administrativas, culturais e sociais do Concelho. -----

----- O meu pedido de intervenção tem como objetivo aferir junto desta assembleia, bem como solicitar pronúncia e suscitar opinião junto dos elementos que a constituem, sobre a decisão do Sr. Presidente de Câmara concretamente no que respeita sobre a concessão de prospeção, com vista à exploração dada por este, sem as devidas informações e consultas prévias, quer à restante vereação da Câmara, quer a esta Assembleia Municipal e ainda outras entidades, concessão essa atribuída à empresa MINERÁLIS-Minas, Geotecnia e Construções Lda., empresa com sede em Braga, contrato esse celebrado em nome do Município de Santa Marta de Penaguião em 08 de Outubro de 2019, por aceitação do ofício anterior com receção N.º 567 de 27 de junho de 2019 para referida contratação da cedência, venda ou outra coisa qualquer, dos direitos prospeção e pesquisa de depósito minerais de tungstênio, estanho e outros minerais como Lítio ou ainda outros não especificados, contratados pelo processo designado por MN/PP005/19 “Mouços” onde intervém apenas o Sr. Presidente do Município de Santa Marta de Penaguião e o Sr. Presidente do Município



de Vila Real, contrato esse que abrange no nosso concelho, que é o que me interessa aqui referir, dizia eu, abrange uma área de 85,340Km2 sobretudo mas não só, na aba sul da serra do Marão estendendo-se pelas freguesias de Fontes e Louredo & Fornelos na parte norte do Concelho, conforme podem V.Exs confirmar da leitura dos documentos apresentados na reunião de vereação n.º 04/2020 e apenas para informação, tão só pasme-se, da publicação da dita contratação em diário da república, a que me referirei de seguida. -

----- Esta aberrante decisão, não só colide com a preservação e conservação do nosso património paisagístico e aquífero importante, mas também revela uma intenção de uma agressão grave a uma área de essencialmente paisagística, em parte na área geográfica do Douro, mas também atropela tudo quanto em meu entender, tudo o que de mais basilar existe como conceção básica políticas de defesa de uma economia sustentável e promovidas de forma endógena, que deveria presidir a quem tem a responsabilidade dos destinos políticos desta terra. -----

----- Face ao exposto, questiono o Sr. Presidente da Assembleia Municipal: -----

----- Sabia desta situação, teve esta assembleia conhecimento formal do referido contrato e todos os contornos envolvidos no mesmo? -----

----- Sendo um assunto de tão relevante importância, que afeta miseravelmente e de forma irreversível a qualidade de vida das nossas populações quanto à sua fauna e flora, os nossos recursos aquíferos, que são um valor futuro e um garante também de vida, bem como o património vasto paisagístico que possuímos. -----

----- Pergunto: -----

----- É normal que esta assembleia seja tida à revelia desta decisão, mais, concordam minhas senhoras e meus senhores com os preceitos e objetivos desta obscura contratação?

----- Quero, exijo, uma manifestação por parte desta digníssima assembleia sobre a concordância ou não desta decisão unipessoal. -----

----- Para memória futura ficam Vossas Excelências a saber. Todos os elementos democraticamente eleitos nesta assembleia representados, devem explanar uma posição muito clara se concordam ou não com este atentado, sabiam os meus senhores da publicação 8/2020 da 2.ª serie do Diário da República n.º 13 de 20 de janeiro do corrente ano, é uma venda ou um donativo ou sabe-se lá o quê, de parte da nossa terra, que saibam também, não está à venda, nem qualquer um de nós presentes neste salão pode pecar, por inércia ou covardia, não tomando posição sobre o assunto, expressando aqui uma manifestação clara de discordância sobre isto que lhes estou a apresentar. -----

----- É minha convicção que a maioria dos representantes da população aqui presentes, zela pelo bem estar das suas gentes, pois bem, têm aqui um momento de dizerem se estão em defesa dos interesses dos nossos municípios ou se por medo ou interesses maiores, pelo contrário estão em defesa da empresa de exploração mineira. -----

----- Aos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, sobretudo aos que este contrato implica, exige-se ainda mais do que a ninguém uma posição claríssima pois, a partir deste dia, estes não se poderão mais desculpar no desconhecimento, na subserviência, se bem que eu até acredito que não tivessem sido informados ou chamados a se pronunciarem sobre a intenção desta venda ou donativo ou sabe-se lá o quê à empresa MINERÁLIS. MINERÁLIS conhecem, não sei se conhecem? -----

----- Da minha parte enquanto cidadão de deveres, mas também de direitos, que nasceu e grande parte da sua vida viveu e vive nas áreas em causa, podem contar com a minha contestação e informo que é minha intenção a constituição de um movimento de cívico com previsivelmente terminará no impedimento da referida prospeção/exploração que é um atentado aos nossos territórios com assinalável património paisagístico e aquífero e com valorização futura, inserido em convenções de proteção de agressão paisagística e morfológica, uma zona paisagística de importância impar. -----



----- Por todos os meios civilizados que possa alcançar, contarão com todas as iniciativas que possa desenvolver com um propósito único, de reverter e anular esta leviana decisão, atentatória ao nosso património paisagístico, morfológico e aquífero do nosso Concelho. -----

----- Obrigado.” -----

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia proferiu as seguintes palavras: -----

----- “É bom que tenhamos a participação dos munícipes, há que enaltecer essencialmente a preocupação revelada pelo munícipe Norberto Teixeira. -----

----- Na sua intervenção questiona o Presidente da Assembleia Municipal, se tinha ou não conhecimento. Penso que, se esteve atento às intervenções que aqui já foram feitas no âmbito desta temática a começar pelos Presidentes de Junta que não tinham conhecimento, a Assembleia também não tem, porque certamente já o teria discutido e penso que este assunto à posterior viria a conhecimento da Assembleia. -----

----- Posto isto, seria imprudente da minha parte, e o Senhor Norberto reconheceria, que estar aqui a pronunciar-me de uma situação que requer todo o empenho, o cuidado, a análise e a discussão e só depois tomar posição, não só enquanto Presidente da Assembleia, mas também como munícipe e certamente junto interpor a opinião de todos os digníssimos Deputados. O Município de Santa Marta de Penaguião disponibilizou-se para enviar toda a documentação inerente a todo este processo e quando dela tiver conhecimento irei certamente analisar, visto que terei muito gosto em trazer essa discussão à Assembleia Municipal. Espero que nessa Assembleia possamos ter a presença de variadíssimo público para poder convosco dialogar. Até lá, penso que me compreenderá, não vou tomar aqui posição sem ter conhecimento pleno de todo o processo, como ele foi desenvolvido, o quê que está em causa, que área, que implicações é que tem, portanto terei muito gosto no momento oportuno de quando dominar o assunto comunicar à digníssima

Assembleia e de comunicar ao Senhor Norberto Teixeira que espero que nessa Assembleia esteja presente. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, proferindo as seguintes palavras: ---

----- “Como também foram interpelados os Grupos Municipais, no fundo também vou reiterar aquilo que disse o Senhor Presidente da Mesa. Louvar a preocupação do cidadão Norberto, como Penaguiense é sempre de louvar quando um cidadão demonstra interesse, sobre os assuntos de especial relevância no Concelho. Mas também dizer que o Grupo Municipal do PSD, obviamente vai tomar uma posição quando estiver devidamente esclarecido como se compromete o Senhor Presidente da Câmara a facultar a todos os membros toda a documentação.” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, proferindo as seguintes palavras: --

----- “Em primeiro lugar não repetir aquilo que disse no início sobre as intervenções, acho que o nível não se manteve. Segundo, o Senhor Norberto Teixeira não é um cidadão qualquer, é um cidadão que foi eleito nas listas do PSD e que na última reunião de Câmara estava em substituição do Senhor Vereador Daniel Teles, e não pediu esclarecimentos, só disse que nunca o ia fazer sem ter a informação, ou seja nem sequer pediu informação detalhada como foi feito aqui na Assembleia. Há duas coisas diferentes, o Grupo Municipal do PS pediu informações, o Grupo Municipal do PSD pediu informações e até elencou as questões que queria ver respondidas e o Senhor Vereador na altura em substituição, e é bom que fique registado aqui na Assembleia, não pediu qualquer esclarecimento. Portanto não é um cidadão qualquer, teve o espaço de o fazer, teve o espaço de interromper a reunião de Câmara para ter acesso à documentação que estava na reunião de câmara e não o fez, portanto enaltecer as intervenções dos dois Grupos Municipais, e relativamente à intervenção já foi respondido.” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Norberto Teixeira, proferindo as seguintes palavras: -----

----- “Desculpe mas o ponto da reunião não tem nada a ver com isto. O ponto da reunião teve a ver com levar a conhecimento a publicação em Diário da República, não tem nada a ver com discussão, já estava publicado em Diário da República, que discussão ia fazer eu.” -

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, proferindo as seguintes palavras: --

----- “Só para responder. O que foi feito nesta Assembleia foi exatamente no seguimento da tomada de conhecimento. As dúvidas que surgiram foram exatamente as mesmas, na Assembleia foram postas como devido, como já disse e na Câmara Municipal não foram, é isso que estou a dizer. Portanto a situação que despoletou o pedido de informação na Assembleia foi exatamente a mesma da reunião de Câmara, não houve mais nenhum procedimento institucional.” -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia informou o plenário que a Mesa não registou mais nenhum pedido de intervenção do público, pelo que solicitou a leitura da minuta da ata. -----

---- E nada havendo mais a tratar, a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no n.º 4 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Rosa Martins Cardoso, com funções de 1.ª Secretária, que a elaborei. Foi encerrada quando eram 19:15 horas. -----

O Presidente da Assembleia,

José Alberto Moreira Araújo

A 1.ª Secretário,

Rosa Martins Cardoso